BRANQUITUDE EM CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UEPG

Naiara karin de Ramos (BIC/CNPq), Leticia Fraga (Orientador), e-mail: marigabri@uepg.br Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) PPGEL

Área e subárea do conhecimento: Ciências Humanas; Educação

Palavras-Chave*: Branquitude; pós-graduação; UEPG.*

Resumo

Este trabalho sintetiza a proposta de pesquisa de análise qualitativa em relação às políticas públicas de ação afirmativa nos editais de seleção de programas de pós-graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Os dados encontrados foram analisados com o auxílio da análise de conteúdo de Bardin (2011). O referencial está amparado na pensadora dos estudos da branquitude Cida Bento (2022) e no âmbito educacional dos cursos de pós-graduação e analisará os editais do ano de 2023, de dois cursos de pós-graduação da UEPG, presentes no site da instituição.

Introdução

A branquitude enquanto estrutura de privilégios racializados (BENTO, 2022), mantém-se estruturada nas instituições acadêmicas. Embora haja uma pressão pela inclusão, persiste uma lacuna entre a legislação (Leis 10.639/03 e 11.645/08) a as práticas efetivas na e pós-graduação. Essa pesquisa investiga como a UEPG tem operacionalizado o acesso a grupos racializados no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL).

Materiais e Métodos

Pesquisa qualitativa e documental, com análise dos editais de 2023 do PPGE e PPGEL, da UEPG. Utilizou-se a análise de conteúdo (BARDIN, 2016) para examinar critérios de reserva de vagas pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e LGBTQIA+.

Resultados e Discussão

Ao analisarmos os Editais do PPGE e PPGEL/UEPG, podemos observar que ambos implementam cotas (PPGE: 2 vagas; PPGEL: 6 vagas), porém, há falhas críticas como: Ausência de previsão e banca de heteroidentificação no PPGE. A divulgação de dados sobre o preenchimento das vagas é insuficiente. Essas lacunas podem estar relacionadas ao “pacto da branquitude" (BENTO,2022), em que as políticas inclusivas são esvaziadas em sua efetividade, mantendo hierarquias raciais sob uma aparência de diversidade.

Conclusão ou Conclusões

A existência de cotas é um avanço no combate a estrutura desigual**,** criada pela branquitude, contudo, sua efetividade é comprometida pela falta de transparência, de mecanismos de fiscalização e de articulação atreladas a políticas de permanência, por exemplo. Parece urgente a ampliação de debates sobre a questão da branquitude que impera no país, com a finalidade de quebrar o paradigma e garantir que ações afirmativas se efetivem amplamente.

Agradecimentos

Agradeço ao CNPq pelo apoio financeiro indispensável à realização desta pesquisa. Dirijo meus sinceros agradecimentos às minhas orientadoras, Prof.ª Dr.ª Leticia Fraga e Prof.ª Dr.ª Lucimar Braga Neto, cujas contribuições éticas e críticas foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho no campo dos estudos da branquitude. Sua condução ampliou meu prisma sobre as estruturas racializadas na academia, permitindo um diálogo profundo com as reflexões de Cida Bento (2022) sobre o pacto da branquitude, contribuindo para desnaturalizar privilégios racializados no espaço acadêmico. Este estudo busca, nas palavras de Grada Kilomba (2019, p. 44), “descolonizar estruturas de saber e poder na universidade”, e isso só foi possível graças ao apoio incansável e à orientação qualificada de ambas as professoras.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENTO, C. **O Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KILOMBA. Grada. **Memórias da Plantação**. Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

ISSN 1676-0093